

ÍNDICE-SUMÁRIO

I – PARTE GERAL E REGISTOS

CÓDIGO COMERCIAL

CARTA DE LEI DE 28 DE JUNHO DE 1888	9
LIVRO PRIMEIRO Do comércio em geral	9
TÍTULO I Disposições gerais	9
TÍTULO II Da capacidade comercial e dos comerciantes	10
CAPÍTULO I Da capacidade comercial	10
CAPÍTULO II Dos comerciantes	11
TÍTULO III Da firma	11
TÍTULO IV Da escrituração	12
TÍTULO V Do registo	14
TÍTULO VI Do balanço	14
TÍTULO VII Dos corretores	14
TÍTULO VIII Dos lugares destinados ao comércio	15
CAPÍTULO I Das bolsas	15
CAPÍTULO II Dos mercados, feiras, armazéns e lojas	15
LIVRO SEGUNDO Dos contratos especiais de comércio	15
TÍTULO I Disposições gerais	15
TÍTULO II Das sociedades	17
TÍTULO III Da conta em participação	17
TÍTULO IV Das empresas	17
TÍTULO V Do mandato	18
CAPÍTULO I Disposições gerais	18
CAPÍTULO II Dos gerentes, auxiliares e caixeiros	21
CAPÍTULO III Da comissão	24
TÍTULO VI Das letras, livranças e cheques	26
TÍTULO VII Da conta corrente	27

ÍNDICE-SUMÁRIO

TÍTULO VIII Das operações de bolsa	28
TÍTULO IX Das operações de banco	28
TÍTULO X Do Transporte	28
TÍTULO XI Do empréstimo	34
TÍTULO XII Do penhor	34
TÍTULO XIII Do depósito	35
TÍTULO XIV Do depósito de géneros e mercadorias nos armazéns gerais	36
TÍTULO XV Dos seguros	38
TÍTULO XVI Da compra e venda	38
TÍTULO XVII Do reporte	41
TÍTULO XVIII Do escambo ou troca	42
TÍTULO XIX Do aluguer	42
TÍTULO XX Da transmissão e reforma de títulos de crédito mercantil	42
LIVRO TERCEIRO Do comércio marítimo	43
TÍTULO I Dos navios	43
CAPÍTULO I Disposições gerais	43
CAPÍTULO II Do proprietário	43
CAPÍTULO III Do capitão	43
CAPÍTULO IV Da tripulação	44
CAPÍTULO V Do conhecimento	44
CAPÍTULO VI Do fretamento	44
CAPÍTULO VII Dos passageiros	44
CAPÍTULO VIII Dos privilégios creditórios e das hipotecas	44
SECÇÃO I Dos privilégios creditórios	44
SECÇÃO II Das hipotecas	46
TÍTULO II Do seguro contra riscos de mar	48
TÍTULO III Do abandono	52
TÍTULO IV Do contrato de risco	54
TÍTULO V Das avarias	56
TÍTULO VI Das arribadas forçadas	60
TÍTULO VII Da abalroação	61
TÍTULO VIII Da salvação e assistência	63
LIVRO QUARTO Das falências	63
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL	
DECRETO-LEI Nº 403/86, DE 3 DE DEZEMBRO	65
CAPÍTULO I Objecto, efeitos e vícios do registo	65
CAPÍTULO II Competência para o registo	73
CAPÍTULO III Processo de registo	74
CAPÍTULO IV Actos de registo	84
CAPÍTULO V Publicidade e prova do registo	93
SECÇÃO I Publicidade	93

SECÇÃO II Meios de prova	94
SECÇÃO III Bases de dados do registo comercial	95
CAPÍTULO VI Suprimento, rectificação e reconstituição do registo	98
CAPÍTULO VII Impugnação de decisões	103
CAPÍTULO VIII Outros actos	106
CAPÍTULO IX Disposições diversas	107
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL	
PORTARIA N.º 657-A/2006, DE 29 DE JUNHO	109
CAPÍTULO I Suporte e processo de registo	109
SECÇÃO I Suportes de registo	109
SECÇÃO II Processo de registo	110
CAPÍTULO II Menções dos registos	111
SECÇÃO I Registos por transcrição	111
SECÇÃO II Registos por depósito	116
CAPÍTULO III Disposições finais	118
REGIME DA PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL	
PORTARIA N.º 1416-A/2006, DE 19 DE DEZEMBRO	119
CAPÍTULO I Registos online e certidão permanente	120
SECÇÃO I Disposições gerais	120
SECÇÃO II Promoção de actos de registo comercial online	121
SECÇÃO III Depósito da prestação de contas	123
SECÇÃO IV Certidão permanente	126
CAPÍTULO II Alteração à tabela de honorários e encargos notariais e ao Regulamento do Registo Comercial	127
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	127
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES	
DECRETO-LEI N.º 111/2005, DE 8 DE JULHO	129
CAPÍTULO I Regime especial de constituição imediata de sociedades	130
CAPÍTULO II Alterações legislativas	137
CAPÍTULO III Postos de atendimento e informação obrigatória	137
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	138
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES	
DECRETO-LEI N.º 125/2006, DE 29 DE JUNHO	139
CAPÍTULO I Regime especial de constituição on-line de sociedades	140
CAPÍTULO II Alterações legislativas	146
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	146

REGULAMENTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO
ON-LINE DE SOCIEDADES

PORTARIA Nº 657-c/2006, DE 29 DE JUNHO 149

REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS

DECRETO-LEI Nº 129/98, DE 13 DE MAIO	153
TÍTULO I Disposições gerais	157
TÍTULO II Ficheiro central de pessoas colectivas	157
CAPÍTULO I Âmbito e forma de inscrição	157
CAPÍTULO II Número e cartão de identificação	161
CAPÍTULO III Base de dados do ficheiro central de pessoas colectivas	162
TÍTULO III Admissibilidade de firmas e denominações	166
CAPÍTULO I Princípios gerais	166
CAPÍTULO II Regras especiais	167
CAPÍTULO III Procedimento	169
CAPÍTULO IV Vicissitudes	174
TÍTULO IV Impugnação de decisões	175
CAPÍTULO I Recurso hierárquico e impugnação judicial	175
CAPÍTULO II Tribunal Arbitral	178
TÍTULO V Sanções	178
TÍTULO VI Registo Nacional de Pessoas Colectivas	180
CAPÍTULO I Competência e direcção	180
CAPÍTULO II Pessoal	182
CAPÍTULO III Funcionamento	183

II – SOCIEDADES

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

DECRETO-LEI Nº 262/86, DE 2 DE SETEMBRO	187
DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	197
TÍTULO I Parte geral	207
CAPÍTULO I Âmbito de aplicação	207
CAPÍTULO II Personalidade e capacidade	209
CAPÍTULO III Contrato de sociedade	209
SECÇÃO I Celebração e registo	209
SECÇÃO II Obrigações e direitos dos sócios	213
SUBSECÇÃO I Obrigações e direitos dos sócios em geral	213
SUBSECÇÃO II Obrigação de entrada	215
SUBSECÇÃO III Conservação do capital	217
SECÇÃO III Regime da sociedade antes do registo.	
Invalidade do contrato	220
CAPÍTULO IV Deliberações dos sócios	225

CAPÍTULO V Administração e fiscalização	229
CAPÍTULO VI Apreciação anual da situação da sociedade	229
CAPÍTULO VII Responsabilidade civil pela constituição, administração e fiscalização da sociedade	235
CAPÍTULO VIII Alterações do contrato	239
SECÇÃO I Alterações em geral	239
SECÇÃO II Aumento do capital	240
SECÇÃO III Redução do capital	242
CAPÍTULO IX Fusão de sociedades	243
SECÇÃO I	243
SECÇÃO II Fusões transfronteiriças	253
CAPÍTULO X Cisão de sociedades	256
CAPÍTULO XI Transformação de sociedades	259
CAPÍTULO XII Dissolução da sociedade	262
CAPÍTULO XIII Liquidação da sociedade	263
CAPÍTULO XIV Publicidade de actos sociais	270
CAPÍTULO XV Fiscalização pelo Ministério Público	271
CAPÍTULO XVI Prescrição	272
TÍTULO II Sociedades em nome colectivo	272
CAPÍTULO I Características e contrato	272
CAPÍTULO II Deliberações dos sócios e gerência	277
CAPÍTULO III Alterações do contrato	279
CAPÍTULO IV Dissolução e liquidação da sociedade	279
TÍTULO III Sociedades por quotas	280
CAPÍTULO I Características e contrato	280
CAPÍTULO II Obrigações e direitos dos sócios	281
SECÇÃO I Obrigação de entrada	281
SECÇÃO II Obrigações de prestações acessórias	284
SECÇÃO III Prestações suplementares	284
SECÇÃO IV Direito à informação	285
SECÇÃO V Direito aos lucros	286
CAPÍTULO III Quotas	287
SECÇÃO I Unidade, montante e divisão da quota	287
SECÇÃO II Contitularidade da quota	288
SECÇÃO III Transmissão da quota	289
SECÇÃO IV Amortização da quota	292
SECÇÃO V Execução da quota	294
SECÇÃO VI Exoneração e exclusão de sócios	295
SECÇÃO VII Registo das quotas	296
CAPÍTULO IV Contrato de suprimento	297
CAPÍTULO V Deliberações dos sócios	299
CAPÍTULO VI Gerência e fiscalização	302

CAPÍTULO VII	Apreciação anual da situação da sociedade	306
CAPÍTULO VIII	Alterações do contrato	306
CAPÍTULO IX	Dissolução da sociedade	308
CAPÍTULO X	Sociedades unipessoais por quotas	308
TÍTULO IV	Sociedades anónimas	310
CAPÍTULO I	Características e contrato	310
CAPÍTULO II	Obrigações e direitos dos accionistas	315
SECÇÃO I	Obrigações de entrada	315
SECÇÃO II	Obrigações de prestações acessórias	316
SECÇÃO III	Direito à informação	316
SECÇÃO IV	Direito aos lucros	320
CAPÍTULO III	Acções	322
SECÇÃO I	Generalidades	322
SECÇÃO II	Oferta pública de aquisição de acções	323
SECÇÃO III	Acções próprias	323
SECÇÃO IV	Transmissão de acções	327
SUBSECÇÃO I	Formas de transmissão	327
SUBSECÇÃO II	Limitações à transmissão	327
SUBSECÇÃO III	Regime de registo e regime de depósito	328
SECÇÃO V	Ações preferenciais sem direito de voto	328
SECÇÃO VI	Acções preferenciais remíveis	331
SECÇÃO VII	Amortização de acções	331
CAPÍTULO IV	Obrigações	333
SECÇÃO I	Obrigações em geral	333
SECÇÃO II	Modalidades de obrigações	339
CAPÍTULO V	Deliberações dos accionistas	345
CAPÍTULO VI	Administração, fiscalização e secretário da sociedade	353
SECÇÃO I	Conselho de administração	353
SECÇÃO II	Fiscalização	362
SECÇÃO III	Comissão de auditoria	370
SECÇÃO IV	Conselho de administração executivo	373
SECÇÃO V	Conselho geral e de supervisão	376
SECÇÃO VI	Revisor oficial de contas	380
SECÇÃO VII	Secretário da sociedade	380
CAPÍTULO VII	Publicidade de participações e abuso de informações	382
CAPÍTULO VIII	Apreciação anual da situação da sociedade	384
CAPÍTULO IX	Aumento e redução do capital	386
CAPÍTULO X	Dissolução da sociedade	389
TÍTULO V	Sociedades em comandita	389
CAPÍTULO I	Disposições comuns	389
CAPÍTULO II	Sociedades em comandita simples	391
CAPÍTULO III	Sociedades em comandita por acções	392

TÍTULO VI Sociedades coligadas	392
CAPÍTULO I Disposições gerais	392
CAPÍTULO II Sociedades em relação de simples participação, de participações recíprocas e de domínio	393
CAPÍTULO III Sociedades em relação de grupo	395
SECÇÃO I Grupos constituídos por domínio total	395
SECÇÃO II Contrato de grupo paritário	396
SECÇÃO III Contrato de subordinação	397
CAPÍTULO IV Avaliação anual da situação de sociedades obrigadas à consolidação de contas	401
TÍTULO VII Disposições penais	406
TÍTULO VIII Disposições finais e transitórias	412
ESTATUTO DA SOCIEDADE EUROPEIA (SE)	
REGULAMENTO (CE) Nº 2157/2001 DO CONSELHO DE 8 DE OUTUBRO DE 2001	417
TÍTULO I Disposições gerais	421
TÍTULO II Constituição	426
SECÇÃO 1 Generalidades	426
SECÇÃO 2 Constituição de uma SE por meio de fusão	426
SECÇÃO 3 Constituição de uma SE “holding”	431
SECÇÃO 4 Constituição de uma SE “filial”	433
SECÇÃO 5 Transformação de uma sociedade anónima em SE	433
TÍTULO III Estrutura da SE	434
SECÇÃO 1 Sistema dualista	434
SECÇÃO 2 Sistema monista	435
SECÇÃO 3 Regras comuns aos sistemas monista e dualista	436
SECÇÃO 4 Assembleia geral	438
TÍTULO IV Contas anuais e contas consolidadas	440
TÍTULO V Dissolução, liquidação, insolvência e cessação de pagamentos	440
TÍTULO VI Disposições complementares e transitórias	442
TÍTULO VII Disposições finais	442
ANEXO I Sociedades Anónimas referidas no nº 1 do artigo 2º	443
ANEXO II Sociedades Anónimas e Sociedades de Responsabilidade Limitada referidas no nº 2 do artigo 2º	445
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS EUROPEIAS	
DECRETO-LEI Nº 2/2005, DE 4 DE JANEIRO	449
CAPÍTULO I Disposições gerais	453
CAPÍTULO II Modos de constituição	454
SECÇÃO I Constituição de uma sociedade anónima europeia por fusão	454
SECÇÃO II Constituição de uma sociedade anónima europeia gestora de participações sociais	457

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO III Sede e transferência de sede da sociedade anónima europeia	457
CAPÍTULO IV Órgãos sociais	459
CAPÍTULO V Transformação em sociedade anónima	460
REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS	
LEI Nº 4/73, DE 4 DE JUNHO	461
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS	
DECRETO-LEI Nº 430/73, DE 25 DE AGOSTO	463
AGRUPAMENTO EUROPEU DE INTERESSE ECONÓMICO (AEIE)	
REGULAMENTO (CEE) Nº 2137/85 DO CONSELHO DE 25 DE JULHO DE 1985	469
REGIME SUBSTANTIVO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO	
DECRETO-LEI Nº 148/90, DE 9 DE MAIO	485
REGIME SANCIONATÓRIO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO	
DECRETO-LEI Nº 2/91, DE 5 DE JANEIRO	489
ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	
DECRETO-LEI Nº 248/86, DE 25 DE AGOSTO	495
CAPÍTULO I Constituição	500
CAPÍTULO II Administração e funcionamento	502
CAPÍTULO III Elaboração das contas anuais	503
CAPÍTULO IV Alteração do acto constitutivo	505
SECÇÃO I Aumento do capital	505
SECÇÃO II Redução do capital	505
CAPÍTULO V Negociação, oneração e penhora do estabelecimento individual de responsabilidade limitada	506
CAPÍTULO VI Liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada	507
CAPÍTULO VII Disposições finais	510
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	
DECRETO-LEI Nº 495/88, DE 30 DE DEZEMBRO	513

REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DESPORTIVAS

DECRETO-LEI Nº 10/2013, DE 25 DE JANEIRO	521
CAPÍTULO I Das sociedades desportivas em geral	522
CAPÍTULO II Regime jurídico	523
SECÇÃO I Menções obrigatórias	523
SECÇÃO II Participações sociais	524
SECÇÃO III Órgãos sociais	525
SECÇÃO IV Funcionamento	526
SECÇÃO V Participação de entes públicos	527
CAPÍTULO III Sociedades que resultem da transformação de um clube desportivo ou da personalização jurídica das equipas	528
SECÇÃO ÚNICA Disposições comuns	528
CAPÍTULO IV Sociedades que resultem da personalização jurídica das equipas	528
SECÇÃO I Constituição	528
SECÇÃO II Direitos especiais e desportivos	529
SECÇÃO III Negócios sociais	529
SECÇÃO IV Dissolução e liquidação	530
CAPÍTULO V Disposições comuns às sociedades desportivas	530
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	531

REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS

DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	533
SECÇÃO I Disposições gerais	533
SECÇÃO II Procedimento administrativo de dissolução	534
SECÇÃO III Procedimento administrativo de liquidação	540
SECÇÃO IV Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais	545

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA INTERNET

PORTARIA Nº 590-A/2005, DE 14 DE JULHO	547
--	-----

REGIME DA REPRESENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE MULHERES E HOMENS NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL E DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA

LEI Nº 62/2017, DE 1 DE AGOSTO	551
--------------------------------	-----

REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

LEI Nº 89/2017, DE 21 DE AGOSTO	557
CAPÍTULO I Disposições gerais	563

CAPÍTULO II Declaração do beneficiário efetivo	565
CAPÍTULO III Procedimento	570
CAPÍTULO IV Acesso	570
CAPÍTULO V Retificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo	572
CAPÍTULO VI Protecção de dados, conservação de registos e dados estatísticos	573
CAPÍTULO VII Fiscalização e sanções	575
CAPÍTULO VIII Disposição final	576

III – CONTRATOS COMERCIAIS

REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE AGÊNCIA

DECRETO-LEI Nº 178/86, DE 3 DE JULHO	579
CAPÍTULO I Disposições gerais	581
CAPÍTULO II Direitos e obrigações das partes	582
SECÇÃO I Obrigações do agente	582
SECÇÃO II Direitos do agente	583
CAPÍTULO III Protecção de terceiros	585
CAPÍTULO IV Cessação do contrato	586
CAPÍTULO V Normas de conflitos	588
CAPÍTULO VI Disposição final	589

REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO

DECRETO-LEI Nº 72/2008, DE 16 DE ABRIL	591
TÍTULO I Regime comum	595
CAPÍTULO I Disposições preliminares	595
SECÇÃO I Âmbito de aplicação	595
SECÇÃO II Imperatividade	597
CAPÍTULO II Formação do contrato	599
SECÇÃO I Sujeitos	599
SECÇÃO II Informações	600
SUBSECÇÃO I Deveres de informação do segurador	600
SUBSECÇÃO II Deveres de informação do tomador do seguro ou do segurado	602
SECÇÃO III Celebração do contrato	603
SECÇÃO IV Mediação	604
SECÇÃO V Forma do contrato e apólice de seguro	605
CAPÍTULO III Vigência do contrato	607
CAPÍTULO IV Conteúdo do contrato	607
SECÇÃO I Interesse e risco	607
SECÇÃO II Seguro por conta própria e de outrem	608
SECÇÃO III Cláusulas específicas	609

SECÇÃO IV Prémio	610
SUBSECÇÃO I Disposições comuns	610
SUBSECÇÃO II Regime especial	612
CAPÍTULO V Co-seguro	613
SECÇÃO I Disposições comuns	613
SECÇÃO II Co-seguro comunitário	614
CAPÍTULO VI Resseguro	615
CAPÍTULO VII Seguro de grupo	615
SECÇÃO I Disposições comuns	615
SECÇÃO II Seguro de grupo contributivo	617
CAPÍTULO VIII Vicissitudes	619
SECÇÃO I Alteração do risco	619
SECÇÃO II Transmissão do seguro	620
SECÇÃO III Insolvência	621
CAPÍTULO IX Sinistro	621
SECÇÃO I Noção e participação	621
SECÇÃO II Pagamento	622
CAPÍTULO X Cessação do contrato	622
SECÇÃO I Regime comum	622
SECÇÃO II Caducidade	623
SECÇÃO III Revogação	624
SECÇÃO IV Denúncia	624
SECÇÃO V Resolução	625
CAPÍTULO XI Disposições complementares	626
TÍTULO II Seguro de danos	627
CAPÍTULO I Parte geral	627
SECÇÃO I Identificação	627
SECÇÃO II Afastamento e mitigação do sinistro	628
SECÇÃO III Princípio indemnizatório	629
CAPÍTULO II Parte especial	631
SECÇÃO I Seguro de responsabilidade civil	631
SUBSECÇÃO I Regime comum	631
SUBSECÇÃO II Disposições especiais de seguro obrigatório	633
SECÇÃO II Seguro de incêndio	633
SECÇÃO III Seguros de colheitas e pecuário	634
SECÇÃO IV Seguro de transporte de coisas	635
SECÇÃO V Seguro financeiro	636
SECÇÃO VI Seguro de protecção jurídica	638
SECÇÃO VII Seguro de assistência	639
TÍTULO III Seguro de pessoas	640
CAPÍTULO I Disposições comuns	640
CAPÍTULO II Seguro de vida	642
SECÇÃO I Regime comum	642

SUBSECÇÃO I Disposições preliminares	642
SUBSECÇÃO II Risco	644
SUBSECÇÃO III Direitos e deveres das partes	645
SECÇÃO II Operações de capitalização	649
CAPÍTULO III Seguros de acidente e de saúde	650
SECÇÃO I Seguro de acidentes pessoais	650
SECÇÃO II Seguro de saúde	651
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE CONSÓRCIO E DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO	
DECRETO-LEI Nº 231/81, DE 28 DE JULHO	653
CAPÍTULO I Do contrato de consórcio	654
CAPÍTULO II Do contrato de associação em participação	659
MEDIDAS CONTRA OS ATRASOS NO PAGAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS	
DECRETO-LEI Nº 62/2013, DE 10 DE MAIO	665
TAXA SUPLETIVA DE JUROS MORATÓRIOS DOS CRÉDITOS DE QUE SEJAM TITULARES EMPRESAS COMERCIAIS	
PORTARIA Nº 277/2013, DE 26 DE AGOSTO	673
IV – TÍTULOS DE CRÉDITO	
LEI UNIFORME RELATIVA ÀS LETRAS E LIVRANÇAS	
CARTA DE CONFIRMAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE 21 DE JUNHO DE 1934	677
TÍTULO I Das letras	677
CAPÍTULO I Da emissão e forma da letra	677
CAPÍTULO II Do endosso	679
CAPÍTULO III Do aceite	681
CAPÍTULO IV Do aval	682
CAPÍTULO V Do vencimento	683
CAPÍTULO VI Do pagamento	684
CAPÍTULO VII Da acção por falta de aceite e falta de pagamento	685
CAPÍTULO VIII Da intervenção	689
1 – Disposições gerais	689
2 – Aceite por intervenção	689
3 – Pagamento por intervenção	690
CAPÍTULO IX Da pluralidade de exemplares e das cópias	691
1 – Pluralidade de exemplares	691
2 – Cópias	692
CAPÍTULO X Das alterações	692

CAPÍTULO XI Da prescrição	692
CAPÍTULO XII Disposições gerais	693
TÍTULO II Da livrança	693
LEI UNIFORME RELATIVA AO CHEQUE	
CARTA DE CONFIRMAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE 21 DE JUNHO DE 1934	695
CAPÍTULO I Da emissão e forma do cheque	695
CAPÍTULO II Da transmissão	697
CAPÍTULO III Do aval	699
CAPÍTULO IV Da apresentação e do pagamento	700
CAPÍTULO V Dos cheques cruzados e cheques a levar em conta	701
CAPÍTULO VI Da acção por falta de pagamento	702
CAPÍTULO VII Da pluralidade dos exemplares	705
CAPÍTULO VIII Das alterações	705
CAPÍTULO IX Da prescrição	705
CAPÍTULO X Disposições gerais	706
REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO	
DECRETO-LEI Nº 454/91, DE 28 DE DEZEMBRO	707
DECRETO-LEI Nº 316/97, DE 19 DE NOVEMBRO	711
CAPÍTULO I Das restrições ao uso de cheque	715
CAPÍTULO II Obrigatoriedade de pagamento	718
CAPÍTULO III Regime penal do cheque	719
CAPÍTULO IV Contra-ordenações	721
CAPÍTULO V Disposições finais	722
V – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	
DECRETO-LEI Nº 486/99, DE 13 DE NOVEMBRO (ARTIGOS 13º A 29º-A)	725
CAPÍTULO IV Sociedades abertas	725
SECÇÃO I Disposições gerais	725
SECÇÃO II Participações qualificadas	726
SECÇÃO III Deliberações sociais	737
SECÇÃO IV Perda da qualidade de sociedade aberta	742
REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO	
LEI Nº 102/2015, DE 24 DE AGOSTO	745
CAPÍTULO I Disposições gerais	745
CAPÍTULO II Disposições comuns	746
CAPÍTULO III Condições do financiamento colaborativo	748
SECÇÃO I Financiamento colaborativo de donativo ou recompensa	748

SECÇÃO II Financiamento colaborativo de capital ou empréstimo	749
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	751

VI – PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

DECRETO-LEI Nº 110/2018, DE 10 DE DEZEMBRO	755
TÍTULO I Parte geral	767
CAPÍTULO I Disposições gerais	767
CAPÍTULO II Tramitação administrativa	769
CAPÍTULO III Transmissão e licenças	777
CAPÍTULO IV Extinção dos direitos de propriedade industrial	778
CAPÍTULO V Recurso	780
SUBCAPÍTULO I Recurso judicial	780
SUBCAPÍTULO II Recurso arbitral	782
TÍTULO II Regimes jurídicos da propriedade industrial	783
CAPÍTULO I Invenções	783
SUBCAPÍTULO I Patentes	783
SECÇÃO I Disposições gerais	783
SECÇÃO II Processo de patente	788
SUBSECÇÃO I Via nacional	788
SUBSECÇÃO II Via europeia	794
SUBSECÇÃO III Via tratado de cooperação em matéria de patentes	798
SECÇÃO III Efeitos da patente	800
SECÇÃO IV Condições de utilização	803
SECÇÃO V Invalidade da patente	807
SECÇÃO VI Certificado complementar de proteção para medicamentos e produtos fitofarmacêuticos	808
SUBCAPÍTULO II Modelos de utilidade	810
SECÇÃO I Disposições gerais	810
SECÇÃO II Processo de modelo de utilidade	812
SUBSECÇÃO I Via nacional	812
SUBSECÇÃO II Via tratado de cooperação em matéria de patentes	815
SECÇÃO III Efeitos do modelo de utilidade	815
SECÇÃO IV Condições de utilização	817
SECÇÃO V Invalidade do modelo de utilidade	817
CAPÍTULO II Topografias de produtos semicondutores	817
SECÇÃO I Disposições gerais	817
SECÇÃO II Processo de registo	818
SECÇÃO III Efeitos do registo	819
SECÇÃO IV Condições de utilização	820
SECÇÃO V Invalidade do registo	821

CAPÍTULO III	Desenhos ou modelos	821
SECÇÃO I	Disposições gerais	821
SECÇÃO II	Processo de registo	824
SECÇÃO III	Efeitos do registo	830
SECÇÃO IV	Invalidade do registo	831
CAPÍTULO IV	Marcas	834
SECÇÃO I	Disposições gerais	834
SUBSECÇÃO I	Marcas de produtos ou de serviços	834
SUBSECÇÃO II	Marcas coletivas e marcas de certificação ou de garantia	835
SECÇÃO II	Processo de registo	838
SUBSECÇÃO I	Registo nacional	838
SUBSECÇÃO II	Marca da União Europeia	846
SUBSECÇÃO III	Registo internacional	847
SECÇÃO III	Efeitos do registo	848
SECÇÃO IV	Transmissão e licenças	851
SECÇÃO V	Extinção do registo de marca ou de direitos dele derivados	851
CAPÍTULO V	Recompensas	857
SECÇÃO I	Disposições gerais	857
SECÇÃO II	Processo de registo	858
SECÇÃO III	Uso e transmissão	859
SECÇÃO IV	Extinção do registo	859
CAPÍTULO VI	Logótipos	859
SECÇÃO I	Disposições gerais	859
SECÇÃO II	Processo de registo	860
SECÇÃO III	Dos efeitos do registo	864
SECÇÃO IV	Transmissão, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo	864
CAPÍTULO VII	Denominações de origem e indicações geográficas	865
SECÇÃO I	Disposições gerais	865
SECÇÃO II	Processo de registo	866
SUBSECÇÃO I	Registo nacional	866
SUBSECÇÃO II	Registo internacional	867
SECÇÃO III	Efeitos, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo	867
TÍTULO III	Infrações	869
CAPÍTULO I	Disposições gerais	869
CAPÍTULO II	Proteção dos segredos comerciais	870
CAPÍTULO III	Ilícitos criminais e contraordenacionais	871
SECÇÃO I	Disposições gerais	871
SECÇÃO II	Ilícitos criminais	872
SECÇÃO III	Ilícitos contraordenacionais	875

ÍNDICE-SUMÁRIO

895			
895	CAPÍTULO IV	Processo	877
895	SECÇÃO I	Medidas e procedimentos que visam garantir o respeito	
900		pelos direitos de propriedade industrial e pelos segredos comerciais	877
908	SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	877
908	SUBSECÇÃO II	Provas	877
908	SUBSECÇÃO III	Informações	879
909	SUBSECÇÃO IV	Procedimentos cautelares	880
912	SUBSECÇÃO V	Indemnização	881
	SUBSECÇÃO VI	Medidas decorrentes da decisão de mérito	882
915	SUBSECÇÃO VII	Medidas de publicidade	882
915	SECÇÃO II	Normas especiais em matéria de segredos comerciais	883
919	SECÇÃO III	Disposição subsidiária	885
	SECÇÃO IV	Processo penal e contraordenacional	885
921	TÍTULO IV	Taxas	887
921	TÍTULO V	Boletim da Propriedade Industrial	890
921			
924			
924	VII -	INSOLVÊNCIA	
929			
931	CÓDIGO DA	INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
933	DECRETO-LEI Nº 53/2004,	DE 18 DE MARÇO	893
933	TÍTULO I	Disposições introdutórias	895
936	CAPÍTULO I	Disposições gerais	895
937	CAPÍTULO II	Processo especial de revitalização	900
941	TÍTULO II	Declaração da situação de insolvência	908
948	CAPÍTULO I	Pedido de declaração de insolvência	908
	SECÇÃO I	Legitimidade para apresentar o pedido e desistência	908
951	SECÇÃO II	Requisitos da petição inicial	909
951	CAPÍTULO II	Tramitação subsequente	912
955	CAPÍTULO III	Sentença de declaração de insolvência	
956	e sua	impugnação	915
958	SECÇÃO I	Conteúdo, notificação e publicidade da sentença	915
958	SECÇÃO II	Impugnação da sentença	919
	CAPÍTULO IV	Sentença de indeferimento do pedido de declaração	
959	de	insolvência	921
961	TÍTULO III	Massa insolvente e intervenientes no processo	921
961	CAPÍTULO I	Massa insolvente e classificações dos créditos	921
965	CAPÍTULO II	Órgãos da insolvência	924
965	SECÇÃO I	Administrador da insolvência	924
969	SECÇÃO II	Comissão de credores	929
969	SECÇÃO III	Assembleia de credores	931
971	TÍTULO IV	Efeitos da declaração de insolvência	933
972	CAPÍTULO I	Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	933
973			
973			
979			

CAPÍTULO II Efeitos processuais	936
CAPÍTULO III Efeitos sobre os créditos	937
CAPÍTULO IV Efeitos sobre os negócios em curso	941
CAPÍTULO V Resolução em benefício da massa insolvente	948
TÍTULO V Verificação dos créditos. Restituição e separação de bens	951
CAPÍTULO I Verificação de créditos	951
CAPÍTULO II Restituição e separação de bens	955
CAPÍTULO III Verificação ulterior	956
TÍTULO VI Administração e liquidação da massa insolvente	958
CAPÍTULO I Providências conservatórias	958
CAPÍTULO II Inventário, lista de credores e relatório do administrador da insolvência	959
CAPÍTULO III Liquidação	961
SECÇÃO I Regime aplicável	961
SECÇÃO II Dispensa de liquidação	965
TÍTULO VII Pagamento aos credores	965
TÍTULO VIII Incidentes de qualificação da insolvência	969
CAPÍTULO I Disposições gerais	969
CAPÍTULO II Incidente pleno de qualificação da insolvência	971
CAPÍTULO III Incidente limitado de qualificação da insolvência	972
TÍTULO IX Plano de insolvência	973
CAPÍTULO I Disposições gerais	973
CAPÍTULO II Aprovação e homologação do plano de insolvência	979
CAPÍTULO III Execução do plano de insolvência e seus efeitos	981
TÍTULO X Administração pelo devedor	990
TÍTULO XI Encerramento do processo	992
TÍTULO XII Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	996
CAPÍTULO I Exoneração do passivo restante	996
CAPÍTULO I Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas	1001
SECÇÃO I Disposições gerais	1001
SECÇÃO II Plano de pagamentos aos credores	1002
SECÇÃO III Insolvência de ambos os cônjuges	1006
TÍTULO XIII Benefícios emolumentares e fiscais	1008
TÍTULO XIV Execução do Regulamento (CE) nº 1346/2000, do Conselho, de 29 de Maio	1009
TÍTULO XV Normas de conflitos	1009
CAPÍTULO I Disposições gerais	1009
CAPÍTULO II Processo de insolvência estrangeiro	1012
CAPÍTULO III Processo particular de insolvência	1013
TÍTULO XVI Indiciação de infracção penal	1014
TÍTULO XVII Disposições finais	1015

REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
LEI Nº 7/2018, DE 2 DE MARÇO	1017
REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
LEI Nº 8/2018, DE 2 DE MARÇO	1023
CAPÍTULO I Disposições gerais	1023
CAPÍTULO II Negociação do acordo de reestruturação	1025
SECÇÃO I Sujeição das negociações ao Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas	1025
SECÇÃO II Efeitos do depósito do protocolo de negociação	1027
SECÇÃO III Negociação do acordo de reestruturação	1029
SECÇÃO IV Encerramento	1030
CAPÍTULO III Acordo de reestruturação	1031
SECÇÃO I Conteúdo, forma e depósito	1031
SECÇÃO II Efeitos do acordo de reestruturação	1033
SECÇÃO III Incumprimento do acordo de reestruturação	1035
CAPÍTULO IV Alteração aos Códigos do IRC e do IVA	1035
CAPÍTULO V Responsabilidade dos administradores judiciais	1035
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	1036

SUMÁRIO

I – PARTE GERAL E REGISTOS

CÓDIGO COMERCIAL Carta de Lei de 28 de Junho de 1888	9
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL Decreto-Lei nº 403/86, de 3 de Dezembro	65
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL Portaria nº 657-A/2006, de 29 de Junho	109
REGIME DA PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de Dezembro	119
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de Julho	129
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de Junho	139
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES Portaria nº 657-C/2006, de 29 de Junho	149
REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS Decreto-Lei nº 129/98, de 13 de Maio	153

II – SOCIEDADES

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	
Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de Setembro	187
Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março	197
ESTATUTO DA SOCIEDADE EUROPEIA (SE)	
Regulamento (CE) nº 2157/2001 do Conselho de 8 de Outubro de 2001	417
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS EUROPEIAS	
Decreto-Lei nº 2/2005, de 4 de Janeiro	449
REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS	
Lei nº 4/73, de 4 de Junho	461
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 430/73, de 25 de Agosto	463
AGRUPAMENTO EUROPEU DE INTERESSE ECONÓMICO (AEIE)	
Regulamento (CEE) nº 2137/85 do Conselho de 25 de Julho de 1985	469
REGIME SUBSTANTIVO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO	
Decreto-Lei nº 148/90, de 9 de Maio	485
REGIME SANCIONATÓRIO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO	
Decreto-Lei nº 2/91, de 5 de Janeiro	489
ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	
Decreto-Lei nº 248/86, de 25 de Agosto	495
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	
Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro	513
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DESPORTIVAS	
Decreto-Lei nº 10/2013, de 25 de Janeiro	521
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS	
Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março	533

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA INTERNET Portaria nº 590-A/2005, de 14 de Julho	547
REGIME DA REPRESENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE MULHERES E HOMENS NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL E DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA Lei nº 62/2017, de 1 de Agosto	551
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO Lei nº 89/2017, de 21 de Agosto	557
III – CONTRATOS COMERCIAIS	
REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE AGÊNCIA Decreto-Lei nº 178/86, de 3 de Julho	579
REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO Decreto-Lei nº 72/2008, de 16 de Abril	591
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE CONSÓRCIO E DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de Julho	653
MEDIDAS CONTRA OS ATRASOS NO PAGAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS Decreto-Lei nº 62/2013, de 10 de Maio	665
TAXA SUPLETIVA DE JUROS MORATÓRIOS DOS CRÉDITOS DE QUE SEJAM TITULARES EMPRESAS COMERCIAIS Portaria nº 277/2013, de 26 de Agosto	673
IV – TÍTULOS DE CRÉDITO	
LEI UNIFORME RELATIVA ÀS LETRAS E LIVRANÇAS Carta de Confirmação e Ratificação de 21 de Junho de 1934	677
LEI UNIFORME RELATIVA AO CHEQUE Carta de Confirmação e Ratificação de 21 de Junho de 1934	695

SUMÁRIO

REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO	
Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de Dezembro	707
Decreto-Lei nº 316/97, de 19 de Novembro	711
V – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	
Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro (artigos 13º a 29º-A)	725
REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO	
Lei nº 102/2015, de 24 de Agosto	745
VI – PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de Dezembro	755
VII – INSOLVÊNCIA	
CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de Março	893
REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
Lei nº 7/2018, de 2 de Março	1017
REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 8/2018, de 2 de Março	1023
ÍNDICE SUMÁRIO	1039
SUMÁRIO	1057

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

[LEGISLAÇÃO](#) [CÓDIGOS](#) [JURISPRUDÊNCIA](#) [FORMULÁRIOS](#) [EUR-LEX](#) [DICIONÁRIO](#) [FÓRUM JURÍDICO](#)

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia-a-dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786

